

China: os impasses das Quatro Modernizações*

Daniel Aarão Reis**

* Recebido para publicação em março de 1991.

** Historiador e professor da Universidade Federal Fluminense.

INTRODUÇÃO

Quase dois anos depois do massacre da Praça da Paz Celestial, em Beijing, a China parece ter perdido as graças da mídia e praticamente não se ouve mais falar do velho Império do Meio.

Beneficiados pela surdina, retomaram-se, discretamente, os fluxos diplomáticos e comerciais. De quando em quando, os leitores mais atentos descobrem em cantos de página pouco freqüentados notícias de julgamentos e condenações de lideranças e ativistas do grande movimento social que abalou o regime chinês e atraiu a atenção de todo o mundo. Muito sutilmente, insinua-se que as condenações são "leves", devido a pressões ocidentais e ao interesse do governo chinês em retomar as boas graças do mundo capitalista e da opinião pública internacional. O clima geral é de "compreensão" para com os esforços "normalizadores" empreendidos pelas autoridades.

Recentemente, a República Popular da China figurou como aliada na coalizão anti-

Iraque, que foi à guerra em nome dos valores humanos, da liberdade e dos princípios do direito internacional. Quem haveria de lembrar ao governo chinês sua escassa autoridade para defender na cena internacional princípios e valores que foram literalmente esmagados pelos seus tanques em plena capital do país, com direito à transmissão *ao vivo* para todo o mundo? Enfim, a China não era a única nessa incômoda posição.

Entretanto, e na contracorrente do noticiário e das análises internacionais, existem razões que permitem e mesmo favorecem avaliações sobre o processo de construção do socialismo na China. Entre outras, em primeiro lugar, por paradoxal que pareça, o amortecimento das lutas sociais que se seguiu à derrota do movimento popular de 1989 na China. O fato de "reinar a ordem em Beijing" recoloca a necessidade de compreender as grandes linhas de força da evolução histórica desse país. Às vezes, é quando esmorece a agitação febril na superfície do mar que se tornam melhores as condições para a compreensão das correntes

profundas. Por outro lado, em segundo lugar, a crise do socialismo real na União Soviética e o desmoronamento da Europa Central permitem uma releitura dos acontecimentos que se desenvolveram na China e a tentativa, com base em uma análise comparativa, de fixação de alguns parâmetros que possibilitem uma reflexão prospectiva sobre o socialismo chinês.

A REFORMA DO SOCIALISMO REAL NA CHINA

O atual vento forte de crises e reformas no sistema socialista mundial teve a China como precursora. De fato, a proposta das Quatro Modernizações já estava esboçada mesmo antes da morte do presidente Mao Zedong, em setembro de 1976.¹ Ganharia considerável alento, porém, em seguida, com o golpe de Estado que derrubou o chamado "Bando dos 4", um mês depois.²

A nova direção do Partido Comunista Chinês (PCC), desde julho de 1977 dirigida por Deng Xiaoping, embora concentrando o fogo da crítica sobre os quatro dirigentes demitidos e encarcerados, propõe na verdade o enterro das propostas que durante anos configuraram o que se convencionou chamar por "maoísmo". Releve-se o fato de que não se acompanhou o exemplo soviético em relação a Stálin. A figura de Mao Zedong será preservada, tanto quanto possível, mas os aspectos essenciais de suas concepções políticas, materializadas no Grande Salto para a Frente e na Revolução Cultural,³ vão ser descartados, em proveito das Quatro Modernizações, programa formalmente aprovado pela V Assembléia Popular, em 1978.

As autoridades formulam um diagnóstico algo sombrio sobre a situação da China: explosão demográfica, estagnação da produção agrícola e industrial, baixa produtividade, apatia generalizada e defasagens gritantes do ponto de vista da comparação da qualidade dos produtos e da tecnologia chineses em relação

aos padrões vigentes no mercado internacional. Até mesmo, e em consequência, estaria ameaçada a defesa do país, tendo em vista a mediocridade de seu equipamento militar e o amadorismo de suas Forças Armadas.⁴

A superação dos impasses passava, na formulação das autoridades, por uma agressiva política de modernização em várias frentes, simultaneamente, capaz de na virada do século inserir a China favoravelmente no mercado internacional e na correlação mundial de forças.

Tratava-se de reformar quatro estruturas básicas:

- *Modernizar a agricultura* – Aliviar os controles do Estado e, sobretudo, *descoletivizar* a agricultura, instaurando o sistema de "responsabilidade contratual", baseado na unidade familiar, que poderia empregar um efetivo limitado de pessoas e dispor do resultado da produção como lhe bem apróvesses, pagos, naturalmente, os impostos.⁵

- *Modernizar a indústria* – Liberação controlada de preços e progressiva autonomia das empresas. O Plano Central passaria a ter, cada vez mais, um caráter indicativo, enfatizando-se um processo de descentralização baseado na eficiência e nos ganhos de produtividade. Os salários corresponderiam à produtividade dos resultados e as empresas não-eficazes seriam simplesmente fechadas.

- *Modernizar a ciência e a tecnologia* – Revisão em profundidade dos métodos de ensino, dos currículos, dos critérios de seleção e de avaliação; política agressiva de formação de quadros no exterior, com envio de milhares de bolsistas para os países capitalistas avançados; profissionalização da formação intelectual, colocando-se em plano secundário as anteriores formulações, tão próprias do maosmo, que privilegiavam a discussão política e a teoria marxista-leninista. Como desdobramento, importação maciça de tecnologia avançada no mercado internacional.

• *Modernizar as Forças Armadas* – Aqui também a ênfase reside na profissionalização: equipamento moderno, em primeiro lugar, e formação técnica, em seguida, para capacitar os militares em sua tarefa precípua – a defesa da integridade territorial da China. Toda a concepção maoísta, baseada no “exército guerrilheiro”, no “espírito de Yanan” e nas milícias populares, não tem mais lugar ou tende a perder importância. No mesmo movimento, e em consequência do anterior, incentiva-se uma reestruturação completa das relações entre oficiais e soldados, o que se materializará na restauração das insígnias e das saudações militares.

As Quatro Modernizações se viabilizaram por uma ampla abertura para o mercado internacional, em suas três vertentes tradicionais: empréstimos, comércio de exportação-importação e atração de capitais estrangeiros. O símbolo mais evidente dessa nova orientação é o estabelecimento das Zonas Econômicas Especiais, as ZEEs, onde se instalaram centenas de empresas capitalistas, em sistema de *joint ventures*, comprometidas a exportar parte ou mesmo toda a sua produção. A China também oferece campo de investimento às empresas internacionais na área da exploração dos recursos minerais, particularmente o petróleo.⁶

Sempre cuidadosos na preservação, ao menos formal, da figura de Mao, os dirigentes não se furtarão a criticar, no entanto, as “arbitriedades” do Estado, naturalmente sempre atribuídas ao “Bando dos 4”. Nesse sentido, promessas solenes são formuladas a respeito de “legalizar” o regime socialista, ou seja, dotá-lo de códigos escritos, em suma, definir regras do jogo estáveis e conhecidas, assim como garantir tribunais autônomos em relação à polícia e ao governo. Os resultados da aplicação das reformas são controvertidos e dividem as opiniões.

A agricultura registrou fantástico salto, com taxas de incremento de 8% ao ano. As pequenas unidades de produção, de base fami-

iliar, apresentaram um nível de produtividade incomparavelmente superior às grandes fazendas coletivas, pertencentes ao Estado ou às Comunas Populares. A produção de cereais duplicou em pouco mais de seis anos, quebrando recordes sucessivos.

A indústria também apresentou crescimento considerável, produzindo resultados de mais de 10% ao ano. As vendas a varejo cresceram de forma significativa, como expressão do impulso registrado pelo conjunto dos setores econômicos. O resultado geral indicado pelo crescimento do PIB não parecia dar margem a dúvidas sobre o êxito das Quatro Modernizações: um acréscimo de cerca de 50% entre 1975 e 1981.⁷ Com isso, a mídia internacional, os centros capitalistas e os dirigentes chineses foram tomados pela euforia.

Entretanto, no jardim de Deng Xiaoping, não havia apenas rosas, mas espinhos também. Os excelentes resultados dos primeiros cinco, sete anos não tenderam a se projetar para o futuro de forma linear, ao contrário de previsões apressadas. Limites estruturais condicionavam desfavoravelmente a evolução esperada: baixa tecnologia e fragmentação das pequenas unidades familiares, gargalos nas áreas de armazenamento e transporte, além de tradições de planejamento ultracentralizado nas indústrias. Emergiu também ampla e diversificada resistência às mudanças propostas: de gerentes de empresas deficitárias e ineficientes, dos interesses corporativos dos chamados “dinossauros comedores de aço”, dos burocratas dos aparelhos centrais, sem falar da massa dos que passaram a ver seus postos de trabalho sujeitos ao risco do desemprego, ou associados à eficiência produtiva, o que é sempre desalentador para quem já se acostumou a “ganhar mal, mas trabalhar pior ainda”. Nas Forças Armadas, igualmente, a resistência assumiu formas diversificadas. As tradições do “espírito de Yanan”⁸ se revelaram muito tenazes, o que aliás seria presumível, já que há décadas dominavam os militares chineses.

Encerrando essa sumária relação de oposições, referência especial deveria ser feita a pequenos grupos de estudantes e intelectuais em Beijing e outras cidades que, na esteira das resoluções de 1978, passaram a se organizar em defesa de uma "Quinta Modernização": a democracia. Retomando a tradição dos grandes jornais murais, os dazibaos, passaram a registrar e veicular denúncias contra as violações dos direitos humanos na China e a exigir a consagração jurídica das liberdades prometidas pelos dirigentes políticos. Escolhendo o combate aberto, à luz do dia, afixavam seus dazibaos publicamente no que se convencionou chamar de "O Muro da Democracia". A intervenção da polícia política não deixou que a experiência se prolongasse: os grupos foram dissolvidos e seu principal líder, Wei Jing-sheng, encarcerado, julgado e condenado.⁹

A ampla e diversificada oposição às mudanças não carecia de problemas e contradições a explorar em suas denúncias contra as Quatro Modernizações: desequilíbrios inter-setoriais e inter-regionais, provocados pela privatização no campo e pela política de descentralização industrial; surtos inflacionários, banidos desde 1949 e que retornavam, desorganizando os orçamentos das famílias e das empresas e inquietando as pessoas; casos e mais casos de corrupção ativa e passiva, sobretudo nos setores vinculados ao comércio internacional e ao turismo; e a presença contínua de arbitrariedades e desmandos da polícia política, o que contrariava frontalmente as solenes promessas "liberalizantes".

O poder tentou conter o descontentamento recorrendo à forma nata modernizante do expurgo e da repressão seletiva, atingindo tanto setores conservadores como os chamados "ultra-reformistas", sempre reivindicando a "Quinta Modernização".

É nesse quadro que se pode compreender melhor o ascenso de movimentos sociais diversificados, que iriam convergir na Primavera de Beijing.¹⁰

O massacre da Praça da Paz Celestial impôs um freio ao processo que vinha num crescendo que parecia irreversível. O socialismo real saiu definitivamente abalado, atingindo também gravemente o conjunto das forças progressistas que lidam com o imaginário dos valores da igualdade e da liberdade no mundo contemporâneo. Mas o processo propôs questões de fundo que vêm merecendo detida reflexão.

O SOCIALISMO REAL EM QUESTÃO

Os limites da coletivização forçada e o sentido da nova reforma agrária

São poucos os que ainda não admitem os graves problemas que afetam o projeto de "revolução agrária" implementado pelo socialismo real. Desencadeado na União Soviética em fins dos anos vinte e na China Popular em meados dos anos cinqüenta, onde foi acelerado quando do lançamento do chamado Grande Salto para a Frente,¹¹ transformou-se em experiência modelar que marcaria com seu selo o conjunto das experiências contemporâneas de construção do socialismo.

Em resumo, trata-se da coletivização forçada da agricultura; em outras palavras, o agrupamento compulsório dos camponeses e trabalhadores rurais em unidades de produção coletivas sob o comando do Estado, que na China tomaria a forma das Comunhas Populares, implantadas desde meados dos anos cinqüenta no contexto do Grande Salto para a Frente.

Houve – e, a rigor, ainda há – muita controvérsia a respeito do assunto, mas a natureza e os temas do debate têm variado ao longo dos anos.

Parece que não há mais dúvidas, atualmente, sobre a utilização, em larga escala, da força bruta para persuadir os camponeses a aceitarem as determinações governamentais no sen-

tido da coletivização. Entretanto, subsiste ainda a controvérsia sobre a eficácia do projeto.

De fato, o processo de coletivização, embora registrando pesados sacrifícios impostos aos camponeses – cuja apresentação, aliás, como "historicamente inevitáveis" se torna cada vez mais problemática –, conferiu ao Estado recursos apreciáveis para acelerar a industrialização e a urbanização. Nesse sentido, constituiu-se em alavanca importante da primeira fase do projeto desenvolvimentista chinês, viabilizando altas taxas de crescimento industrial, sobretudo dos dinossauros da indústria pesada e do complexo industrial-militar.

Os primeiros e espetaculares êxitos da industrialização acelerada, as altas taxas de acumulação e as mudanças sociais significativas criaram em muitos a impressão de que o custo era terrível mas inevitável e, sobretudo, compreensível. Os "excessos" seriam compensados pela "eficácia" dos resultados. Os propagandistas estampavam quadros e dados estatísticos e argumentavam triunfantes que os "números não mentem". Com efeito, a mentira supõe um ato consciente e os números, por isso mesmo, não poderiam mesmo mentir. Mas mentem, sem dúvida, os que manipulam os números para induzir a avaliações ilusórias.

A experiência tem comprovado, com o passar dos anos, que o impulso industrial permitido pela coletivização forçada acumula desequilíbrios sociais e econômicos que, num momento seguinte, constituem obstáculos de difícil superação. Por outro lado, no próprio momento da decolagem, evidenciam-se desperdícios colossais e perfeitamente evitáveis desde que predominassem outras alternativas. Além disso, e finalmente, as formas como os recursos foram extraídos, ou melhor, extorquidos do campo e dos camponeses e concentrados e canalizados pelo Estado para apoiar o processo de urbanização-industrialização, se revelariam, mesmo do ponto de vista econômico-produtivo (que é o terreno onde apreciam permanecer os propagandistas e de-

fensores do socialismo real), bastante problemáticas.

Com efeito, a penúria e a repressão a que foram submetidos os homens e mulheres do campo tiveram um impacto devastador sobre a capacidade de produção, sobre os rendimentos e sobre a produtividade do setor agropecuário. O desestímulo, a apatia e a estagnação são tendências estruturais das agriculturas coletivizadas pela força bruta e disso não pode escapar a China Popular.

A questão se agrava quando se raciocina não apenas em termos de resultados produtivos ou de economias de escala, mas também em termos do processo de coletivização sob o crivo do projeto socialista, declaradamente comprometido com uma sociedade democrática de seres humanos livres e iguais. Nessa dimensão, o *enquadramento* dos camponeses aparece como um trágico desenlace, de consequências desastrosas irreversíveis para a sociedade chinesa.¹²

Ao tentar reverter esse quadro, a nova reforma agrária *descoletivizante* tenta repor, em certa medida, o horizonte político e as condições de produção que prevaleciam por ocasião da vitória da revolução agrária e popular em 1949.

A reestruturação da economia agrícola com base na produção familiar e o correspondente abandono da perspectiva coletivista e centralista (embora isso não signifique a imediata desativação de todas as Comunhas Populares) objetivaram dinamizar a produção dos camponeses, oferecendo estímulos materiais e garantias concretas a respeito do controle dos excedentes por parte dos produtores diretos. Como atestam os índices já referidos, os resultados positivos foram imediatos. O novo projeto passava, assim, pelo seu primeiro teste: ao menos provisoriamente, estava ganha a batalha pela reconquista da confiança do pequeno produtor agrícola.

Trata-se de um aspecto dos mais relevantes, sobretudo se se considera a reduzida importância da tecnologia e de outros tipos de

insumos industriais (adubos, produtos químicos etc.) utilizados no campo chinês. Em outras palavras, num tipo de economia em que a força de trabalho é, de longe, o fator decisivo, ganhar sua confiança e mobilizá-la pela persuasão significam muito mais do que meio caminho andado no sentido da ampliação da capacidade de produção. O exemplo histórico da Nova Política Econômica (NEP) russa, pouco depois da guerra civil, já fora muito claro nesse sentido: para a retomada da produção agrícola, igualmente fundamentada no aporte decisivo da força de trabalho, a definição clara de regras do jogo favoráveis aos camponeses assumira um papel-chave na mobilização de seu "espírito de iniciativa".

Entretanto, desde meados dos anos oitenta, certos problemas começaram a ser registrados, evidenciando limites incontornáveis a curto prazo: gargalos nos setores de armazenamento e transporte; incapacidade do setor industrial em suprir satisfatoriamente a crescente demanda camponesa por bens de consumo e por insumos para a produção agrícola; reintrodução de gritantes desigualdades, em função das diferenças de produtividade do trabalho, rendimento da terra, proximidade dos centros de consumo, adaptação maior ou menor a determinados produtos mais valorizados etc.; e o retorno de pressões inflacionárias, cada vez mais fora do controle das autoridades governamentais.

Entre muitos outros, esses problemas – que, repetimos, não podem ser resolvidos a curto prazo –, condicionam negativamente a curva ascendente da produção agrícola. Os camponeses mais empreendedores, fortalecidos pelos êxitos tão divulgados, passam a barganhar sua contribuição: querem preços melhores pelo que vendem e, sobretudo, querem encontrar no mercado os produtos que lhes interessam. Para conseguí-los, não hesitarão em acionar seus mecanismos clássicos de pressão: a área semeada e a comercialização de excedentes.

As autoridades, muito rápidas em exaltar as virtudes e os ganhos inegáveis da *descoletivização*, foram algo lentas em perceber as contradições inerentes ao dinamismo que a reforma introduzira. De fato, através dos mecanismos econômicos de que dispunham, os camponeses começaram a reivindicar o atendimento de seus interesses. Entretanto, tornava-se muito difícil administrar o surto dessas contradições, na medida em que a relativa liberalização econômica não estava sendo acompanhada por nenhum tipo de abertura política. Ou seja, as demandas econômicas dos produtores rurais tendiam a ganhar formas dispersas e anônimas, aparecendo em forma de resultados econômicos e não como pressões claras de interesses devidamente identificados.

Voltaremos ao assunto mais tarde, mas já é possível aqui formular a grande questão suscitada por essa e por todas as tentativas anteriores de reforma econômica promovidas no âmbito do socialismo real: é possível (e em que limites e com que resultados) abrir a economia e manter fechado o sistema político?

Os limites do plano centralizado e das tentativas de descentralização

O plano centralizado constitui uma viga mestra do socialismo real. Entretanto, nesse particular, as tradições revolucionárias chinesas sempre opuseram uma certa resistência à centralização política e econômica. As tradições guerrilheiras da luta de libertação nacional; a formulação das Comunas Populares (que não deixava de cultivar uma perspectiva autárquica, baseada numa filosofia descentralizante); e a persistente crítica aos burocratas centralistas, que sempre foram elementos próprios do maotismo, atuavam como contratenções aos "excessos" de um centro cada vez mais voraz na sua dinâmica controladora. Na verdade, o processo de construção do socialismo na China foi marcado, desde 1949, por

uma característica tensão entre perspectivas centralistas e descentralizadoras.

Apesar disso, contudo, a industrialização foi regida pelas normas do planejamento central e pela exaltação dos grandes projetos, ou pólos de desenvolvimento. Mesmo o projeto da coletivização da agricultura, formalmente baseado em ampla descentralização (a concepção polivalente e autárquica das Aldeias Comunais), de fato, na medida em que não se baseou na participação ativa dos camponeses, acabou ensejando o fortalecimento da capacidade de comando do centro e a correspondente anemia dos organismos de base da sociedade.

Mas os mecanismos do planejamento central, se dispõem de inegável força impulsora, pelo menos num primeiro estágio da *descollagem*, cedo revelam tendências escleróticas: rigidez no mecanismo de decisões, insuficiente agilidade para acompanhar as tendências da demanda social, apatia do ponto de vista das inovações tecnológicas e redução do controle a metas quantitativas, únicas operacionalizáveis, aliás, mas incapazes de imprimir dinamismo ao sistema.

A política das Quatro Modernizações, nesse particular, recupera objetivamente o sentido descentralizante dos projetos soviéticos de reforma econômica dos anos cinqüenta e sessenta, baseados na autonomia da empresa.

Constatada a relativa validade dos planos centralizados – comprovadamente aptos a promover o crescimento econômico, dentro de certos limites, de certos setores (os grandes *dinossauros*) e, sobretudo, nos parâmetros de uma certa filosofia (produtivista-quantitativista) –, trata-se de privilegiar no projeto modernizante os interesses do consumo, a eficácia e a qualidade. Para isso, a autonomia da empresa surge como fator decisivo. Nesse sentido, tem início vasta campanha propagandística e organizacional de cunho descentralizante.

No âmbito de certos limites (o plano se mantém como estrutura e como filosofia), as empresas passam a ter liberdade para fixar

preços, salários e margens de lucro. As mais eficazes crescerão, as ineficientes fecharão suas portas. O Estado tratará de reciclar os eventuais desempregados.

Só parece simples no discurso da propaganda. Na verdade, esse tipo de reforma tem encontrado uma série de desafios no campo da implementação prática, da organização. Mas o que nos parece mais relevante, do ponto de vista das contradições que têm impedido sua realização, é o fato de que abre, simultaneamente, amplo leque de forças oposicionistas que tem sobrepujado todas as boas (ou más) intenções reformadoras.

Com efeito, não somente se levantam contra as perspectivas descentralizantes os privilegiados do *antigo regime*, os gerentes centrais, os tecnoburocratas do plano e toda a caterva cuja razão de ser é o sistema quantitativista. Também amplos contingentes de trabalhadores não querem ouvir falar da associação obrigatória entre eficácia e emprego. Como já se disse, preferem ganhar mal, mas ter um emprego garantido e, se e quando se interessarem, ganhar um extra em trabalhos informais. Por outro lado, para surpresa de muitos reformadores, a perspectiva descentralizante não deixa de beneficiar os *dinossauros*: não são eles os pólos dinâmicos da sociedade? Não apresentam melhores condições para levantar crédito? Não têm maiores reservas? Os melhores quadros?

A situação é delicada: se a liberdade econômica ultrapassa certos limites, os *dinossauros* podem se transformar em autênticas rãs no galinheiro. Se se estabelecem mediações, como tem sido o caso, sempre se pode alegar as razões estratégicas favoráveis à manutenção das indústrias de base e de defesa. Em qualquer caso, a administração do trânsito à descentralização tem se revelado extremamente difícil, vulnerável a pressões e destinada ao fracasso – pelo menos é esse o balanço das tentativas promovidas pelos vários regimes do socialismo real nos últimos 30 anos.

Uma educação política ou profissional?

A filosofia produtivista-quantitativista dos planos não poderia deixar de contaminar a área da educação. Num certo momento, uma autoridade educacional chinesa chegou a comparar a universidade a uma fábrica de diplomas: equipamentos técnicos eram comparados aos meios de produção, os professores a técnicos, os estudantes a matérias-primas e os diplomados aos produtos acabados.¹³

O próprio Deng Xiaoping se comprazia em afirmar que “não importava a cor do gato”, mas sim que ele “comesse ratos”; ou seja, a eficácia técnica era o critério de verdade.

Entretanto, em sentido contrário, a luta pela valorização do critério político, pela ênfase nas opções políticas de fundo, sempre esteve presente no processo de construção do socialismo na China, configurando mesmo, desde meados dos anos cinqüenta, um dos aspectos centrais do *maoísmo*.

A opção entre ser *expert* ou *vermelho* tornou-se uma das questões centrais do processo da Revolução Cultural. Numa primeira fase, prevaleceu o ponto de vista das organizações dos Guardas Vermelhos, que enfatizavam a necessidade – e nisso estavam afinados com o maoísmo então triunfante – de, antes e acima de tudo, ser *vermelho*. A formação profissional ia para a penumbra e, como se sabe, a China atravessaria um período em que o próprio ensino universitário seria suspenso por vários anos.

Contudo, por circunstâncias e razões que é impossível estudar e discutir neste artigo, a Revolução Cultural se tornou *Involução Cultural*. Em vez de trazer a libertação dos oprimidos e das energias, projetou um governo dirigido por uma orientação cada vez mais centralista e ditatorial. Nesse quadro, a educação e a discussão políticas se transformaram em exercícios formais em que a crítica e a criati-

vidade não tinham espaço. O maoísmo se converteu num catecismo esterilizante cujo símbolo mais expressivo era o famoso livrinho de citações de Mao Zedong.¹⁴ Os cursos de marxismo-leninismo eram obrigatórios em todas as escolas e, pode-se imaginar, sem dificuldades na forma como eram ministrados e recebidos nas universidades. Não deveria causar espanto, portanto, o amadurecimento da reação ao domínio dos comunistas na área da educação.

A proposta das Quatro Modernizações, num primeiro momento, não deixou de atrair a juventude estudantil. O fim do formalismo político já significava uma considerável conquista. A promessa de maiores margens de liberdade nos campos da pesquisa científica e do debate acadêmico, a perspectiva mais geral de fundar a ordem numa legalidade socialista redefinida, a expectativa, rapidamente concretizada, de milhares de bolsas de estudo no exterior, a nova possibilidade de consultar fontes e referências de outros países, mesmo capitalistas, tudo isso predispôs os estudantes à simpatia com o projeto modernizante.

As decepções, porém, viriam mais cedo do que imaginavam os mais otimistas: a repressão, já referida, ao movimento pela “Quinta Modernização” (a democracia) fez decantar os espíritos, que se tornaram mais críticos.

Na verdade, a modernização da educação se limitava à volta ao produtivismo e ao estreito profissionalismo vigentes até a Revolução Cultural. O autoritarismo mudara de orientação, mas não ousara se reformar em profundidade. O Estado voltava a querer “gatos” que comessem “ratos”, mas que fossem obedientes a seus donos, no caso, os donos do poder. Estavam, assim, dadas as condições para o desenvolvimento do espírito oposicionista, que iria se manifestar com vigor nos acontecimentos que deram origem à Primavera de Beijing.

Socialismo e capital internacional

O projeto do socialismo real, pelo menos em seu modelo mais clássico (União Soviética), foi impiedoso com o capital internacional em sua fase revolucionária: expropriou propriedades, sem pagar indenizações, e não reconheceu dívidas anteriores. A perspectiva imediata era a guerra sem quartel contra o imperialismo e a revolução mundial pela destruição do capital.

Entretanto, os comunistas chineses tentaram um outro caminho. Na etapa imediatamente anterior à “tomada do poder”, durante a última guerra civil (1946-1949), procuraram em diversas oportunidades estabelecer contatos amigáveis com os norte-americanos. Sabiam que a estrutura de produção e serviços montada na China, no que tinha de mais avançado, dependia da tecnologia dominada pelo capital internacional. Por outro lado, o que era pouco sabido ou analisado na época, não tinham nenhuma inclinação por ficar exclusivamente dependentes dos soviéticos. Em primeiro lugar, porque eram profundamente nacionalistas. Além disso, não superestimavam, com razão, a capacidade, ou a disposição, de ajuda da União Soviética, devastada pela II Guerra Mundial, à China.

A intransigência e a cegueira dos norte-americanos; o eficaz trabalho do *lobby* dos capitalistas chineses, agrupados em torno do Guomindang de Tchang Kaichek; e a guerra da Coreia, que se iniciaria ainda em 1950, com a decorrente histeria anticomunista que varreu os países capitalistas mais avançados, avivariam os preconceitos contra os comunistas chineses (não faltariam demagogos a anunciar a ressurgência do *perigo amarelo*).

A cortina de bambu isolaria a China do mercado internacional. Nos anos cinqüenta e sessenta, o revolucionarismo maoísta não contribuiria nem um pouco para a distensão das contradições. Foi preciso esperar os anos setenta, quase 20 anos depois da vitória revolucionária, para que o mundo assistisse ao re-

conhecimento da China Popular. É verdade que, mesmo antes disso, os fluxos comerciais e mesmo as relações diplomáticas já se haviam estabelecido com grandes potências capitalistas (França e Europa Ocidental), sem falar em Hong Kong, enclave mantido sob controle britânico com evidente autorização das autoridades revolucionárias, que obtinham assim uma *janela* para o mundo capitalista.

Mas é inegável que foi somente a partir do pleno reconhecimento da China Popular pelos Estados Unidos que as condições de acesso ao mercado internacional foram amplamente abertas. Até porque, no contexto da política triangular formulada por Henry Kissinger, o moderado fortalecimento da China passava a ser prioridade norte-americana face ao expansionismo soviético.

Do ponto de vista dos comunistas chineses, a aproximação ocorrida nos anos setenta vinha com duas décadas de atraso. Os projetos de abertura tenderam a caminhar com rapidez, sobretudo depois do levantamento das duas grandes hipotecas que ainda pesavam em sentido contrário: a guerra do Vietnã, encerrada em 1975 com a queda de Saigon, e a remoção do “Bando dos 4”, logo após a morte de Mao Zedong, em 1976.

Os dados disponíveis assinalam, como já foi observado, um fantástico crescimento da participação do capital internacional no desenvolvimento econômico da China: investimentos diretos, Zonas Econômicas Especiais, exportação-importação, empréstimos etc.

Entretanto, permanecem dois gargalos que apresentam imprevista resistência. De um lado, a resistência de escalões intermediários da administração, que, para desespero dos capitalistas estrangeiros, barganham concessões e facilidades prometidas pelas autoridades centrais. O fenômeno exprime uma certa autonomização do poder local e dos níveis intermediários de decisão e tem causas diversas: desde restrições políticas, que se manifestariam através de mecanismos burocráticos, passando por exigências descabidas de subornos e gorjetas,

até conflitos entre autoridades locais em luta para atrair investimentos para sua própria área, tudo isso acobertado pela ausência ou indefinição de uma legislação abrangente a respeito do assunto. Por outro lado, do ponto de vista do capital internacional, há resistências em ceder aquilo que os chineses mais querem: tecnologia sofisticada, que é a razão fundamental do interesse chinês pelos investimentos estrangeiros. Essas dificuldades têm aparecido à luz do dia e sido objeto de negociações frequentemente ásperas entre investidores e administradores. Se é certo que não colocam em questão a abertura da economia chinesa, pelo menos fizeram baixar a expectativa triunfalista a respeito do caráter miraculoso que muitos (chineses e estrangeiros) atribuem ao afluxo do capital internacional.

Parece certo que, pelo menos a curto ou médio prazo, a política definida em fins dos anos setenta não vai mudar. As Zonas Econômicas Especiais não estão em jogo, assim como o estatuto de Hong Kong.¹⁵ Desenvolve-se também o comércio com Taiwan, embora enfrentando problemas específicos.¹⁶ Entretanto, diminuiu muito a euforia dos começos dos anos oitenta: o afluxo dos capitais, em termos absolutos, não foi da magnitude esperada, os resultados espetaculares dos primeiros anos não se mantiveram de forma linear e não são poucos os problemas sociais decorrentes dos investimentos estrangeiros. O menor deles, certamente, não é o súbito aumento dos desempregados que afluem para as ZEEs em busca de ocupação.¹⁷

Recentemente, dizia um diplomata *yuppie* norte-americano que pouco lhe importava o caráter do regime de uma determinada sociedade (capitalista ou socialista), mas sim se estaria ou não disposta a comprar produtos e receber investimentos norte-americanos. A despreocupada reflexão, porém, não elimina a questão de saber até que ponto, e em que medida, poderão ou desejarão os capitais internacionais ajudar o socialismo real a sobreviver, e a se fortalecer, na China.

Forças armadas políticas ou profissionais?

De certo modo, retoma-se a problemática formulada em relação à área da educação: *experts ou vermelhos?* A diferença, de capital interesse, não diz respeito apenas à importância particular das Forças Armadas do ponto de vista da estabilidade do regime, mas também às tradições revolucionárias específicas da China.

Com efeito, a Revolução de Libertação Nacional foi dirigida na prática por uma organização armada de massas: o Exército Popular de Libertação. O Partido Comunista Chinês durante muitos anos só existiu nas proclamações e nos organogramas.

Mais tarde, no processo de construção do socialismo, o PCC seria reativado e chegaria a ocupar um lugar preponderante. No entanto, por ocasião das duas grandes ofensivas maoizantes – o Grande Salto para a Frente e a Grande Revolução Cultural Proletária –, o PCC voltaria para a penumbra e, em meados dos anos sessenta, seria virtualmente liquidado como organização. Nos dois momentos, em proveito do Exército.

Ao longo do período pós-1949, os militares, sem dúvida, constituíram o *núcleo duro* do maoísmo. As tentativas de modernização e profissionalização nunca tiveram êxito, como, por exemplo, a ensaiada por Peng De-huai, ao longo dos anos cinqüenta e que levou à sua marginalização.

Depois da Revolução Cultural, e desde o desaparecimento de Lin Biao, comandante do Exército e sucessor designado de Mao Zedong, até sua desgraça, em 1971, os militares têm sido objeto de muitas campanhas de *retificação* no sentido de despolitzá-los e profissionalizá-los, em outras palavras, de *desmaoiá-los*.

Para alcançar esse objetivo, as autoridades têm recorrido a métodos nada *modernos*, mas com os quais têm grande intimidade: os expurgo. De fato, sucessivas e constantes *limpezas*,

envolvendo milhares de oficiais (sem falar em soldados e graduados), procuraram remodelar e domesticar as tradições revolucionárias dos militares chineses. Tratava-se de afastá-los da gestão dos problemas políticos imediatos e vinculá-los, apenas e tão-somente, à defesa do território nacional. Por outro lado, procurava-se instilar a mentalidade profissional, rompendo-se com as tendências “guerrilheiras e populares” que tanto marcaram as Forças Armadas durante o processo da guerra revolucionária.¹⁸

Não se pode dizer que a situação esteja totalmente sob controle, apesar dos esforços nesse sentido. De fato, quando do massacre da “primavera de Beijing”, em 1989, constatou-se a olho nu a dificuldade que o governo teve em mobilizar o Exército para o trabalho de repressão aos manifestantes acampados na Praça da Paz Celestial. Houve confraternização entre populares e soldados, dificuldades em fazer impor a lei marcial e muitas informações dão conta de choques entre unidades militares naqueles difíceis momentos. No fim das contas, porém, a repressão triunfou, o trabalho sujo foi feito, embora tenham ficado bastante evidenciadas as dificuldades que ainda subsistem no processo de conversão das Forças Armadas em “comedores de ratos”.

A análise das propostas reformistas na China Popular e dos problemas e impasses que estão sendo atualmente enfrentados sugere algumas questões centrais que vêm sendo debatidas desde que se iniciou o ciclo de mudanças em meados dos anos setenta. Dizem respeito aos métodos adotados para promover as reformas e à própria viabilidade do conjunto do processo.

Antes de formular algumas reflexões sobre essas questões, parece-nos importante, conforme indicado no começo deste artigo, abrir um parêntese e realizar breve incursão no processo reformista do socialismo real ocorrido na União Soviética. O estudo do caso chinês provavelmente ganhará com esse exercício de análise comparativa.

A CRISE DO PROCESSO DE REFORMAS DO SOCIALISMO REAL SOVIÉTICO E A EXPERIÊNCIA CHINESA

A principal característica do reformismo socialista na União Soviética, que o distingue fundamentalmente do processo em curso na China, é o fato de que os comunistas russos, desde o início, explicitaram a convicção de que as reformas deveriam ter seu foco inicial e sua base na instância política.¹⁹

A União Soviética já passara por algumas tentativas de reforma, sempre restritas ao campo da economia, ao longo dos anos sessenta e setenta. Segundo Mikail Gorbatchev, as limitações dessas tentativas se tornaram evidentes por não terem sido capazes de ganhar a adesão das pessoas para seus propósitos. Os comunistas, para superar os limites da estagnação,²⁰ deveriam se empenhar num projeto mais ambicioso: ganhar a alma do povo para o socialismo.²¹

Essa premissa determinou uma dinâmica e um rumo bem particulares e distintos do processo chinês. Na União Soviética, antes de tudo, tratou-se de efetivar uma reforma política que elevasse qualitativamente a participação do povo na direção e na gestão dos negócios públicos. Tratou-se, na acepção da palavra, de fundar uma *República Socialista* ou, em outros termos, de colocar na ordem do dia a questão da *hegemonia*. O regime socialista soviético se propunha se estabelecer com o consentimento de sua população. Não tinha outro sentido o discurso sobre a necessidade de formular, e respeitar, a legalidade socialista.

Escapa aos limites deste artigo a análise detalhada dos problemas e dificuldades que esse projeto suscitou. As evidências disponíveis, porém, apontam para uma situação bastante crítica.

Na área da Europa Central, as reformas políticas levaram à completa desagregação do socialismo real. As *almas*, consultadas, prefe-

riram depositar suas esperanças e ilusões no mercado e no capitalismo.

Na União Soviética, o leque das oposições é tão ou mais diversificado do que na China e se evidenciou com mais rapidez, vigor e clareza na exata medida em que a metodologia das reformas privilegiou, em sua primeira fase, o debate político e a discussão sobre as referências e os valores que deveriam guiar o processo de mudanças.

A União Soviética contempla hoje, fascinada, o abismo à beira do qual se encontra. E seria uma doce ilusão imaginar que apenas os privilegiados se rebelam contra Mikhail Gorbaciov e sua *perestroika*. Seja no tocante à explosiva questão nacional, ou em relação à reforma dos preços, ou ainda à privatização das empresas urbanas e rurais – e poderíamos sumarizar aqui um sem-número de questões –, os cortes de identificação das oposições são transversais, abrangendo setores e classes sociais diferenciados.

O grande problema para os partidários do socialismo real é que o recurso da repressão, como usado na Praça da Paz Celestial, não parece ter condições de produzir resultados favoráveis. E não teria, seja devido à complexidade a que já chegou em sua evolução a sociedade soviética, seja pela tensão a que obrigaría as próprias forças da repressão, seja, enfim, mas não menos importante, pela recusa, até agora reafirmada, do principal dirigente em exercer esse recurso, mesmo porque a utilização maciça da repressão subverteria completamente o projeto formulado desde 1985.²²

O balanço desses dez anos de tentativas reformistas é dramático para o socialismo real. O poder socialista na China Popular, que se limitou a promover reformas econômicas, não conseguiu controlar a oposição que elas suscitaram e acabou lançando tanques contra a população de sua própria capital, além de re-

pressão generalizada em todo o país, sobretudo nas grandes cidades. Os comunistas soviéticos, que empreenderam ousadas reformas políticas para estimular a participação e a democracia no sentido de promover as melhores condições para mudanças reais na economia estagnada de seu país, já presenciam a desagregação de seus aliados mais próximos e vivem hoje a pior crise econômica de sua história.

O governo comunista chinês se apressa em extraír lições conservadoras das experiências reformadoras. De seu ponto de vista, qualquer reforma é perigosa e crítica, mesmo que apenas pretenda se limitar à economia. Por imposição das circunstâncias, manterá a abertura econômica, mas com as rédeas curtas e o controle estrito.²³ Quanto à abertura política, parece destinada a sair do controle do poder e conduzir à desagregação do socialismo real. É curioso observar que os liberais de todos os matizes chegam, pelo avesso, às mesmas conclusões. O sistema socialista é necessariamente “tirânico”. Qualquer reforma desencadeia um dinamismo que deverá ser reprimido, ou então conduzirá à demolição das conquistas revolucionárias.

Trata-se de uma conclusão conservadora. Será a única?

Considerando-se o processo de reformas modernizantes e também a experiência da União Soviética e da Europa Central, seria o socialismo real na China insuscetível a reforma? E, uma vez reformado, conseguirá retomar o dinamismo que foi sua característica essencial na primeira fase de aplicação dos planos centralizados? A metodologia de uma NEP ampliada (abertura econômica e fechamento político) será capaz de atingir esse objetivo? A resistência dos pontos críticos tende a ser debelada ou, ao contrário, reúne condições de se fortalecer na medida em que se explicitam as contradições das reformas?

O SOCIALISMO REAL NA CHINA: ESTAGNAÇÃO, REFORMA OU REVOLUÇÃO?

O *tempo histórico* é uma primeira, e decisiva, questão a ser considerada. No processo em curso na União Soviética, por exemplo, é muito claro o fato de que se a proposta apresentada recentemente por Gorbaciov *ad referendum* tivesse sido colocada há cinco anos, no lançamento da *perestroika*, muito provavelmente teria alcançado grande, e positiva, repercussão.

Na China Popular, os ziguezagues do poder têm desgastado bastante sua capacidade de mobilização e sua credibilidade. Em relação aos camponeses, a sanfona da distribuição de terras (reforma agrária de 1950), da coletivização (processo das Aldeias Comunais em fins dos anos cinquenta) e de nova descoletivização (desde fins dos anos setenta) não pode senão ensejar uma certa sensação de insegurança, é o menos que se pode dizer. Por outro lado, no que diz respeito à intelectualidade, as diversas políticas adotadas (campanhas de retificação-reeducação; abertura das Cem Flores, rapidamente liquidada; Revolução Cultural, com suas perspectivas libertárias frustradas em proveito de um rígido e sectário enquadramento dos intelectuais) geraram uma profunda desconfiança, só agravada, e num nível sem precedentes, depois do massacre do povo em 1989.

No momento atual, considerando-se o discurso do primeiro-ministro Li Peng, pronunciado na abertura da Assembleia Popular, em 25 de março último, percebe-se novamente uma tímida inclinação pela abertura, sobretudo quando se referiu, criticamente, à lerdeza com que é incorporada na China a idéia da “legalidade socialista”, ou seja, à forma como é desrespeitado, ou simplesmente não instaurado, o estado de direito, tão solenemente prometido nos discursos de Deng Xiaoping em fins dos anos setenta.

A questão, depois de tantos descompassos e promessas não cumpridas, é saber se o poder reunirá ainda condições para efetivar um autêntico processo reformista. Ou se não tenderá a ruir de forma dramática tão logo resolva reabrir uma temporada de reformas.

Muitas experiências contemporâneas, ou não tão recentes, evidenciam que o *tempo* das reformas depende de uma série de circunstâncias de ordem objetiva. Muitas vezes os governantes, sobretudo de regimes ditoriais, imaginam tudo poder, até mesmo controlar o tempo. Enganam-se, como é óbvio, e os comunistas da Europa Central terão algo a dizer sobre esse assunto.

Uma segunda questão diz respeito à dinâmica e às características da *revolução pelo alto*. As reformas em curso no mundo socialista em geral, e na China em particular, abalaram em grande medida as teorias sobre os Estados totalitários no sentido de sociedades *congeladas* que só poderiam mudar à custa de pressões e/ou agressões de caráter externo.²⁴ Na verdade, não apenas as sociedades socialistas *se movem*, mas também seus governos são suscetíveis a pressões que surgem de baixo para cima.²⁵

O que impressiona, no entanto, nas *revoluções comandadas*, que pretendem transformar as condições sociais e econômicas do socialismo real, é a *inexistência* de bases ou movimentos sociais interessados em reformar o socialismo.

Com efeito, o poder, embora tenha gozado de amplas margens de manobra durante décadas, não parece ter demonstrado capacidade de enraizar a perspectiva e os valores do socialismo na população. Assim, tão logo surge a possibilidade do dissenso, percebe-se que são extraordinariamente frágeis as linhas de defesa do socialismo real enquanto concepção do devenir social.

Uma abordagem superficial tenderia a atribuir o fenômeno ao caráter *tirânico* do poder político constituído na área do socialismo real. É o que fazem os liberais. Ora, como se sabe,

governos tirânicos presidiram o *take-off* de várias sociedades capitalistas, hoje entre as mais avançadas do mundo. Mesmo se nos limitarmos à Europa Ocidental, constataremos que, ao longo do século XIX, a democratização do poder foi resultado de amplas lutas populares e operárias e, mesmo na Inglaterra, durante toda uma primeira fase, a arrancada para o desenvolvimento industrial se realizou através de formas elitistas, para não dizer ditatoriais. E o que dizer do Japão da Revolução Meiji ou da Alemanha bismarckiana?

Queremos com isso dizer que os processos de desenvolvimento industrial, em suas primeiras etapas, são constantemente marcados, em muitas e diversas experiências históricas, por elevada dose de autoritarismo. A razão do fenômeno se encontra no fato de que não há, nas sociedades em que se verifica, um mínimo de consenso a respeito do projeto de sociedade em vias de implementação. Nesse caso, estabelece-se o recurso a formas impositivas comandadas pelo Estado, engendrando o que se conhece por "revoluções pelo alto" ou "passivas".

Entretanto, se os regimes capitalistas têm demonstrado grande resistência e vitalidade na passagem das formas autoritárias para formas democráticas, o mesmo não se tem verificado nos regimes socialistas, que revelam surpreendente vulnerabilidade a processos de abertura política.

Na China Popular, todas as vezes em que se tentou abrir um mínimo de espaço para o dissenso, o poder precisou recuar apressadamente (movimento das Cem Flores) ou simplesmente se desagregou seu principal instrumento de comando, no caso, o Partido Comunista (Revolução Cultural e, mais recentemente, embora com outra dinâmica, Primavera de Beijing).

Na verdade, enquanto nas sociedades capitalistas a burguesia conseguiu fazer de seus valores, de sua concepção do devir social, *perspectivas hegemônicas*, atenuando ou neutralizando, assim, o caráter revolucionário das

oposições à sua dominação – o que favoreceu enormemente a democratização de seu poder –, o mesmo parece não estar ocorrendo no mundo do socialismo real, em risco iminente de desagregação geral tão logo as margens de manobra se abram para que se manifeste livremente a sociedade.

O processo é ainda muito recente para ganhar uma compreensão convincente e global. Entretanto, talvez seja possível encontrar algumas pistas na avaliação do projeto de sociedade que os comunistas têm tentado implementar nos países sob seu controle.

De fato, se considerarmos o projeto de sociedade plasmado pelos regimes socialistas (e os comunistas chineses não escaparam disso, salvo por ocasião da Revolução Cultural, que se frustrou por outras razões que não temos aqui espaço e condições de aprofundar), as evidências apontam no sentido do predomínio de uma concepção de tipo *quantitativo-produtivista*, que se tornou o princípio-diretor dos planos centralizados e a grande marca registrada do socialismo real. Essa ideia de desenvolvimento, com o tempo, suplantaria qualquer intento de se criar/inventar "um outro tipo de sociedade" e uma outra concepção de vida e de felicidade que pudessem configurar uma alternativa global ao capitalismo.

Tratava-se de "comer ratos", independentemente do tipo de "gato". Tratava-se de chicotear as forças produtivas – atrasadas – para que elas se colocassem à altura das relações socialistas – avançadas – e que estavam, ou se supunham estar, garantidas pelo poder comunista. Em suma, tratava-se de "alcançar e superar" o capitalismo, ou seja, ter *mais* isto, ou *mais* aquilo – por exemplo, mais carne ou mais canhões; mais manteiga ou mais carros etc.

O socialismo real perdeu a perspectiva de construir *um outro tipo de sociedade*. E isso parece estar sendo fatal, neste momento de reformar para ganhar um novo dinamismo, ou reformar para ganhar as almas para o socialismo, sobretudo porque os sacrifícios impostos e consentidos numa perspectiva quantitati-

vo-produtivista não se sustentam na comparação com as sociedades capitalistas avançadas.

Se essa hipótese tem fundamento, criam-se condições melhores para se entender os limites das reformas econômicas projetadas e implementadas pela política das Quatro Modernizações.

AS QUATRO MODERNIZAÇÕES EM CRISE OU OS LIMITES DA VERSÃO AMPLIADA DA NEP CHINESA

A referência à NEP como fonte legítimadora tem sido constante, tanto na China Popular como na União Soviética. Não seria, portanto, inútil, mesmo resumidamente, oferecer um quadro geral do conteúdo e do significado histórico da NEP.

Introduzida na Rússia revolucionária, devastada pelos efeitos combinados da I Grande Guerra e da guerra civil, a Nova Política Econômica consistiu num conjunto de decretos e leis que estabeleciam margens e garantias para a iniciativa privada econômica no campo, principalmente, e nas cidades. Tratava-se de reverter um processo de estatização generalizado que havia caracterizado os primeiros anos do poder revolucionário. Por outro lado, e simultaneamente, objetivava-se definir um quadro legal, institucionalizando-se assim, juridicamente, as novas condições propostas.

A NEP conseguiu, mais ou menos rapidamente, êxito considerável. Os camponeses voltaram a trabalhar, semear e colher; reativaram-se os circuitos comerciais básicos; e houve um surto de atividades no âmbito da pequena produção industrial. Em poucos anos, o poder revolucionário pôde suspender o rationamento de bens essenciais e anunciar a recuperação dos níveis de produção anteriores à eclosão da Primeira Grande Guerra.

Há uma grande polêmica a respeito do significado histórico exato da NEP, desde os anos vinte. Grosso modo, distinguem-se dois eixos.

De um lado, havia os que interpretavam a NEP como uma política contingente, determinada pelas condições difíceis do momento. Nesse sentido, a NEP aparece como um conjunto de concessões impostas ao Estado soviético pelas circunstâncias imediatas do fim da guerra civil (1920-1921). Era preciso retomar a produção agrícola para alimentar a população: a fome e as epidemias estavam flagelando o povo russo e ameaçando as bases do poder revolucionário. Havia revoltas no campo e greves nas cidades. Nesse momento, inclusive, é que explodiria a Insurreição de Kronstadt, expressão política do descontentamento geral.²⁶ Assim, pressionados pelas condições objetivas, os comunistas teriam cedido uma série de reformas que definiu um quadro de "abertura econômica". Segundo essa interpretação, o formato *soluçante* da NEP (decretos e medidas que se sucederam no tempo e que somente mais tarde seriam batizados com o nome de NEP); o não-reconhecimento público de erros de concepção por ocasião das políticas estatizantes e coletivizantes adotadas entre 1918-1920; o universo ideológico do poder revolucionário, claramente comprometido com perspectivas proletário-industrializantes; o sentido geral do debate por que passou a sociedade soviética nos anos vinte, dominado pela problemática do crescimento econômico; enfim, todas essas razões justificariam a caracterização da NEP como uma política de ordem tática, em suma, um expediente. Para retomar uma expressão de Lênin, passava-se do "assalto" ao "cerco".²⁷

Ao longo dos anos vinte, entretanto, e inclusive tentando legitimar-se também em textos de Lênin, Nikolái Bukharin formulou uma outra concepção e interpretação da NEP, segundo a qual a Nova Política Econômica, na verdade, deveria ser compreendida como uma proposta alternativa de aliança de classes cujos marcos deveriam ser trabalhados a longo prazo.²⁸ Nessa perspectiva, a aliança proposta aos camponeses, implícita nos decretos e leis que respeitavam seus interesses, deveria ser expli-

citada, tornar-se permanente, condicionando objetivos e planos do poder revolucionário.

A polêmica foi resolvida pelos comunistas russos com a adoção da "revolução pelo alto". Stalínistas e trotskystas derrotaram e sepultaram as concepções de Bukharin. Mas não definitivamente.

Desde os anos cinqüenta, sessenta, na esteira do processo de desestalinização, a alternativa defendida por Bukharin nos anos vinte vem sendo revalorizada e reintroduzida no debate político e acadêmico. A NEP não teria sido, efetivamente, uma política global alternativa ao modelo dos planos centralizados? O socialismo não teria perdido uma chance histórica ao abandonar as sugestões da NEP? Não seria possível retomar os postulados da NEP e "recuperar o tempo perdido"? É evidente que as circunstâncias mudaram consideravelmente, mas a NEP não poderia servir de "referência" ou "fonte legitimadora", incluindo-se af textos e citações de Lênin, para novas políticas reformistas no socialismo real?

Os comunistas chineses e, posteriormente, os russos – os segundos mais explícitos que os primeiros na "recuperação" da problemática nepiana – retomam de fato os caminhos aconselhados por Bukharin. Por isso mesmo, não deixam de enfrentar contradições análogas às que marcaram o desenvolvimento econômico da União Soviética na segunda metade dos anos vinte.

No âmbito da produção, sobretudo numa primeira fase, a reativação é inegável. Registra-se a prosperidade, aumenta o consumo e os camponeses mais empreendedores acumulam lucros. Entretanto, se estão autorizados a enriquecer (em certos limites), não podem fazer livre uso de seu dinheiro, freqüentemente porque não têm nem como gastá-lo. A própria liberdade de enriquecer é limitada (certos setores, tamanho das unidades de produção, margens de contratação de empregados etc.). Além disso, a liberdade econômica engendra desigualdades imprevistas (interseitariais,

inter-regionais e sociais) que acentuam tensões sociais e políticas.

O problema maior é que o regime não criou, nem se mostra disposto a criar, mecanismos institucionais que sejam capazes de processar e administrar esse novo tipo de contradição. E continua a privilegiar um sistema ideológico em que são malditos os valores que ele busca estimular no âmbito da produção (lucro, sucesso individual, responsabilidade pessoal etc.).

No próprio setor estatal, as propostas descentralizantes, que objetivam conferir autonomia às empresas, podem estar favorecendo os dinossauros, cujo peso é reconhecidamente um dos principais fatores de esclerosamento do sistema como um todo. Também nesse nível não há canais públicos e transparentes, onde essas contradições poderiam ser tratadas livre e legalmente.

O capital internacional surge como um fator complicador suplementar. Os comunistas pretendem confiná-lo em guetos – as Zonas Econômicas Especiais – e desejarão que se limitasse a exportar sua produção para o exterior, dividindo lucros e, principalmente, transferindo tecnologia. Mas os vasos comunicantes da economia se mostram mais dinâmicos do que as regulamentações dos "mandarins vermelhos".

As reformas modernizantes nas esferas da educação e da cultura e também no âmbito das Forças Armadas pretendem instaurar a valorização da técnica (profissionalização) e a abolição da política. Estimula-se ampla liberdade de discussão e investigação científicas, com o cuidado de estabelecer limites rígidos que não poderão ser ultrapassados (por exemplo, a discussão sobre os problemas sociais e políticos, assuntos monopolizados pelo Partido Comunista e pelas organizações de massas satélites).

As contradições se avolumam de forma irreversível. Os comunistas consideram essencial despertar e/ou liberar forças dinâmicas para modernizar e reformar o sistema que eles

próprios consideram esclerótico. Entretanto, pretendem manter rígidos controles sobre os passos, as etapas, os graus e o alcance das margens de manobra de cada setor social, de cada instituição e do conjunto das relações sociais. Em outras palavras, querem reformar uma sociedade e um sistema produtos de uma revolução pelo alto, comandada por um poder político extremamente centralizado, sem, contudo, rever os fundamentos da própria constituição desse poder ultracentralizado, que é o grande responsável político pelo modelo existente... e a ser renovado.

Dificilmente sairão do círculo vicioso em que se encontram. E tanto mais avançam as reformas econômicas, que, na verdade, são também reformas sociais, mais se enredarão nas contradições inerentes ao processo. Nesse sentido, a Primavera de Beijing não foi um acidente de percurso, mas um resultado previsível.

A NEP, nos anos vinte, na União Soviética, foi revogada na prática por muitas razões mas, no fundo, Bukharin foi derrotado porque a

política ampla de alianças que defendia implicava, ou implicaria, mais cedo ou mais tarde, a consulta à população sobre o projeto de sociedade que estava em jogo. Os comunistas russos provavelmente foram persuadidos, e dificilmente se poderá dizer que estavam equivocados nessa avaliação, de que seriam fatalmente derrotados pela sociedade que dirigiam se se dispusessem a submeter a ela o projeto de sociedade que haviam elaborado para a União Soviética.

Os comunistas chineses parecem estar convencidos da necessidade de mudanças. Aceitam reformar o projeto de sociedade. Uma reafirmação nesse sentido, embora cercada de ambiguidades, vem de ser explicitada na recente reunião da Assembléia Nacional Popular, em março passado. Querem submeter o projeto de sociedade à discussão, mas não à decisão do povo que pretendem dirigir. E, sobretudo, não aceitam submeter-se à avaliação e à sanção dos chineses.

Quantos massacres ainda serão necessários para evidenciar a vanidade desses propósitos?

NOTAS

1. A morte de Mao Zedong ocorreu em 9 de setembro de 1976. Em outubro, Hua Guofeng seria proclamado oficialmente seu sucessor.
2. Os chamados "4" eram Zhang Chungqiao (formulador do grupo e quadro dirigente do PCC), Yao Wenyuan (ideólogo, dirigente do aparelho de propaganda do PCC), Wang Hongwen (liderança operária, projetou-se quando da proclamação da Comuna de Xangai, em 1967, no apogeu da Revolução Cultural) e Jiang Qing (viúva de Mao Zedong e dirigente do aparelho cultural do PCC).
3. O Grande Salto para a Frente foi lançado em maio de 1958, desencadeando a intensificação da coletivização forçada das terras através do processo das Comunas Populares. Pretendia também acelerar de forma brutal os índices de crescimento industrial. Constituiu-se num grande fracasso. A Revolução Cultural, lançada em 1966, objetivava revolucionar dramaticamente as tradições ideológicas e culturais do povo chinês e conter as chamadas tendências à restauração do capitalismo na China. O Grande Salto e a Revolução Cultural foram os dois grandes momentos de afirmação do maofismo enquanto projeto alternativo de construção do socialismo.
4. Exceção feita à existência de pequenos núcleos de ponta como, por exemplo, a pesquisa científica nuclear, unidades estratégicas de mísseis etc. De modo geral, a mediocridade das Forças Armadas chinesas, tanto do ponto de vista do armamento, quanto em relação às táticas adotadas, seria demonstrada na fracassada guerra contra o Vietnã, em 1979.
5. Cf. DUMONT, René. *La Chine décollectivise*. Paris, Seuil, 1984.

6. O Mar da China é uma área particularmente cobiçada. Capitaneadas pela Exxon, mais de 30 companhias internacionais exploram campos petrolíferos, em contratos de risco, investindo inclusive em zonas de litígio com o Vietnã.

7. Cf. GRAVEREAU, Jacques. *La Chine après l'utopie*. Paris, Berger-Levrault, 1983. O relatório do Banco Mundial relativo à década de oitenta assinala o crescimento chinês como equivalente ao dos chamados "tigres asiáticos".

8. Yanan, localidade situada no noroeste da China, província de Shenxi, sediou o quartel-general da luta de libertação nacional até a derrota japonesa, em 1945. Dali emanavam não só as diretivas militares, mas também as formulações políticas e a orientação ideológica e filosófica da guerra camponesa dirigida pelos comunistas, ou seja, ali se estruturou o que se veio a chamar depois de "maoísmo". Assim, o termo "Yanan" se refere a tudo que se associa de algum modo à luta de libertação nacional chinesa, em sua variante maoista, é claro.

9. Wei Jingsheng foi preso em março de 1979. Um dos participantes da luta pela existência do Muro da Democracia, Liu Qing, companheiro de Jingsheng, conseguiu passar, ainda encarcerado, um documento das perseguições e sofrimentos de que foram vítimas os que desejavam a "Quinta Democracia". O documento tomou a forma de livro, publicado com grande repercussão no Ocidente: *J'accuse devant le tribunal de la société*. Paris, R. Lafont, 1982.

10. Cf. ANDRADE, Marlia e FAVRE, Luis. *A Comuna de Pequim*. São Paulo, Busca Vida, 1989, e também *Chine, le printemps de Pékin*. Paris, Collection Libération, 1989.

11. Sobre o processo da coletivização na União Soviética, a bibliografia é farta. São básicas, no entanto, as leituras de LEWIN, Moshe. *The making of the Soviet Union*. New York, Pantheon, 1985, e de GROSSKOPF, S. *L'alliance ouvrière et paysanne en URSS*. Paris, Maspero, 1976. O processo é também estudado por BETTANIN, Fabio. *A coletivização da terra na URSS*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1981. Para a coletivização na China Popular, cf. CHESNEAUX, J. (org.) *La Chine, un nouveau communisme, 1949-1976*. Paris, Hatier, 1977, e DUMONT, R., *op. cit.* (cf. nota 5).

12. Para a discussão sobre os efeitos perversos da coletivização forçada, cf. NOVE, Alec. *A economia do socialismo possível*. Rio de Janeiro, Ática, 1989, e COHEN, S. *Bukharin, uma biografia política*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1990.

13. Cf. CHESNEAUX, J. *op. cit.*, p. 62.

14. O famoso "livrinho vermelho" tornou-se um símbolo do maoísmo, um autêntico catecismo do comunismo chinês. Cf. uma versão brasileira, *Citações do presidente Mao Tsé-tung*. Guanabara, José Álvaro, 1967.

15. O estatuto de Hong Kong foi assinado entre a China Popular e a Inglaterra em 1984 e determina que, a partir de 1977, a colônia inglesa será incorporada à China, mas conservará o direito de permanecer sob regime capitalista por mais 50 anos. Assim, a China socialista terá uma província capitalista: "um único país, dois sistemas sociais", resumirão os dirigentes comunistas numa fórmula lapidar.

16. O comércio com Taiwan se desenvolve rapidamente, apesar dos obstáculos derivados do fato de, até hoje, não existirem relações diplomáticas entre os dois países. As operações, inclusive viagens, devem se processar via Hong Kong. Os comunistas tentam ainda convencer Taiwan a aceitar o modelo dos dois sistemas sociais num único país, mas os capitalistas de Taiwan desconfiam do pacto.

17. Estimativas recentes dão conta de cerca de 30 milhões de desempregados na China Popular.

18. O primeiro surto profissionalizante ocorreu nos anos cinquenta, favorecido pela imposição da guerra da Coreia, quando as Forças Armadas chinesas tiveram de passar por um processo acelerado de modernização para poder enfrentar, numa guerra regular, o Exército norte-americano. Peng De-huai, então chefe do Exército, chegou a enfrentar Mao Zedong, criticando suas concepções gerais e, em particular, sua visão guerrilheira das Forças Armadas. Mas não teve êxito e caiu em desgraça. Os fracassos militares por ocasião da guerra com o Vietnã em 1979 reforçariam as teses profissionalizantes, novamente em voga a partir do declínio da Revolução Cultural.

19. Cf. GORBATCHEV, M. *Perestroika*. São Paulo, Best-Seller, 1987.
20. Dados sobre o processo de estagnação podem ser conferidos em farta documentação e bibliografia; para isso, entre outros, cf. FERRO, M. e GIRAULT, R. *De la Russie à l'URSS*. Paris, Nathan, 1983, e CHAVANCE, R. *Le système économique soviétique*. Paris, Nathan, 1989.
21. A expressão é utilizada literalmente por GORBATCHEV, M., *op. cit.* (cf. nota 19).
22. A rigor, a repressão já se torna moeda corrente no contexto da *perestroika*. Cf., sobretudo, os processos em curso nas repúblicas não-russas, onde o Exército soviético, mais de uma vez, abriu fogo contra manifestações públicas. O mesmo se pode dizer das represálias econômicas (caso da Lituânia) e do controle dos meios de divulgação. Apesar de tudo, ainda há considerável margem de liberdade na União Soviética e os *grandes meios* ainda não foram utilizados, permanecendo como reserva estratégica do Estado.
23. Cf. informe apresentado pelo primeiro-ministro e homem forte da atual China, Li Peng, em 25 de março de 1991, na abertura da Assembleia Nacional Popular. *Le Monde*, 26 de março de 1991.
24. Visões apocalípticas desse tipo eram abertamente defendidas, por exemplo, por A. Soljenitsin e, de modo mais sofisticado, pelos escritos de Hanna Arendt.
25. Cf., entre outros, LEWIN, M. *O fenômeno Gorbatchev*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988.
26. A Insurreição de Kronstadt ocorreu em março de 1921 e desafiou com armas na mão o poder bolchevique. Os marinheiros revoltados exigiam a constituição de um governo socialista, mas com liberdade e democracia. Foram esmagados pelo Exército Vermelho. Cf., entre outros, ARVON, H. *La révolte de Cronstadt*. Bruxelas, Complexe, 1980, e AVRICH, P. *La tragédie de Cronstadt, 1921*. Paris, Seuil, 1970.
27. A expressão foi cunhada quando os comunistas russos se convenceram de que a revolução socialista no Ocidente capitalista deixara de ser uma possibilidade a curto prazo. O assalto à "fortaleza capitalista" deveria esperar um outro momento mais propício. Enquanto isso, os comunistas se limitariam ao "cerco". A rigor, cercados estavam os comunistas, mas a retórica político-revolucionária nem sempre se acomoda bem com a realidade. E, não por isso, perde uma certa eficácia.
28. Nessa perspectiva trabalhou intensamente Nikholai Bukharin até ser derrotado em 1929. Cf. entre outros, COHEN, S., *op. cit.*, e GORENDER, J. *Bukharin*. São Paulo, Ática, 1990. Muitas das temáticas e formulações de Bukharin seriam depois retomadas pelos comunistas chineses.

SUMMARY

China: the impasses of Four Modernization Programs

In the ebb tide of the mass demonstrations leading up to the Tiananmen massacre, this article endeavors to evaluate the *modernizing* reforms undertaken in the People's Republic since the mid-seventies. The goal is to clarify to what extent, and in precisely what direction, *modernization* programs have advanced in Chinese society. These projects include the de-collectivization process, proposals for decentralizing the state apparatus and the industrial complex, moves toward limited and controlled internationalization of the Chinese economy, and the controversy surrounding the professionalization/politicization of education and the Armed Forces.

On another plane, and in contrast, the article reflects upon the scope of reforms in the Soviet Union and Eastern Europe and their contradictions, with the intent of propitiating a re-interpretation of the Chinese process in the light of events transpiring in other latitudes embraced by existing socialism.

Lastly, an effort is made to characterize the limits of the process currently underway in the People's Republic, with emphasis on the impasses confronted – and still poorly understood – by the Chinese Communist Party leadership.

RÉSUMÉ

La Chine: les impasses des Quatre Modernisations

Rédigé lors du reflux des grandes manifestations populaires qui aboutirent au massacre de la Place de la Paix Céleste, cet article essaye d'évaluer les réformes modernisantes entreprises en Chine Populaire à partir de la moitié des années 70.

Il s'agit de comprendre dans quelle mesure et dans quel sens exactement avancent les modernisations dans la société chinoise: le processus de décollectivisation, les propositions de décentralisation de l'appareil d'Etat et du complexe industriel, les tentatives d'internationalisation contrôlée et limitée de l'économie chinoise, la polémique sur la professionalisation

et la politisation de l'éducation et des Forces Armées.

Sur un autre plan et par opposition l'article propose une réflexion sur la portée et les contradictions des réformes en URSS et dans les pays de l'Est. Il a par là pour objectif de permettre une relecture du processus chinois à la lumière des évènements survenus sous d'autres latitudes comprises dans le modèle du socialisme réel.

L'auteur essaye finalement de caractériser les limites du processus actuellement en cours en Chine Populaire en soulignant les impasses que rencontrent, et ne comprennent pas encore bien, les dirigeants du Parti Communiste Chinois.